



ID: 18390800

04-10-2007

**A. Domingues de Azevedo**

Presidente da CTOC

Opinião da CTOC | A base da cidadania fiscal reside na escola e na capacidade do sistema de ensino se adaptar às novas realidades. Se se começar já, os primeiros resultados palpáveis podem ser conseguidos dentro de duas ou três gerações

A exaltação do civismo fiscal

Os diagnósticos sobre o sistema de ensino português são recorrentes e em pouco ou nada diferem: A Educação é uma tragédia nacional e a chaga do insucesso escolar devia envergonhar-nos a todos, já que nos coloca na cauda da Europa, em grande desvantagem face aos nossos parceiros na União Europeia. Directamente relacionada com esta pobre performance, está a falta de civismo que todos os dias sentimos na pele, através de demonstrações cada vez mais agressivas, seja no trânsito, numa qualquer fila ou no simples gesto de ignorar um caixote do lixo e arremessar um aparentemente inofensivo papel. E o que é que isto tem a ver com os impostos? A primeira vista nada, mas realmente tem tudo a ver. Se a cultura de exigência fosse uma realidade transversal na nossa sociedade, e transposta para o plano fiscal, não teríamos chegado ao que chegámos em matéria tributária: milhões de dívidas por liquidar e milhares a driblar alegremente o fisco, enquanto outros, geralmente "arraia miúda", cumprem, penosamente e com sacrifício, as suas obrigações.

Se essa cultura fosse a vigente e a aceite, os prevaricadores em matéria fiscal não seriam entendidos como heróis mas como vilões da vida em comunidade, nem a "máquina" fiscal necessitaria de se munir com os recursos mais sofisticados para a autêntica caça ao imposto em fuga, que pretende regressar aos cofres do Estado. Nem tão pouco seria necessário divulgar a polémica lis-



João Paulo Dias

ta de devedores, iniciativa com a qual concordo, mas que seria despicienda se a atitude da generalidade dos portugueses perante o fisco fosse outra. Não queremos com isto desenhar um cenário utópico, desprovido de acções de fiscalização ou inspecções, até porque elas nunca acabarão, mas a lógica repressiva devia ter os dias contados, sendo substituída por uma lógica pedagógica, de exaltação do civismo fiscal.

O pagamento de impostos e a correcta utilização dos di-

nheiros públicos - que é bom se enfatize, são de todos nós -, deveriam ser inculcados desde os bancos da escola, pondo fim à relação conflitual de perseguição do gato e do rato, entre administração fiscal e contribuintes, não raro com situações de atrito, nomeadamente no que concerne aos direitos e garantias dos sujeitos passivos. Se esta aposta educativa se tivesse iniciado há uns anos, certamente já teríamos colhido os primeiros frutos: uma geração de gestores e contribuintes mais conscientes.

Mas é obvio que esta transformação de mentalidades só será viável explicitando a utilidade das receitas dos impostos para a vida dos futuros contribuintes, em termos de Saúde, Segurança Social e Educação. Sem este esclarecimento, o esforço pode vir a revelar-se inglório.

A base da cidadania fiscal reside na escola e na capacidade do sistema de ensino se adaptar às novas realidades. Se se começar já, os primeiros resultados palpáveis podem ser conseguidos dentro de duas ou três gerações. Campanhas do género da denominada "peça a factura se faz favor", deviam ser mais assíduas, independentemente dos dinheiros públicos que nela se despendam. Isto porque, não tenho dúvidas, o retorno acontecerá, em termos práticos, nos anos vindouros. Basta que estas mensagens sejam acompanhadas de uma ampla e gradual reforma das mentalidades através dessa "arma" poderosa em qualquer sociedade dita moderna, a Educação. ▀